



COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA
REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Sr. Fabio Garcia)

Requer a realização de audiência pública para discutir o contingenciamento orçamentário da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que ouvido o plenário, sejam convidadas as seguintes autoridades para discutir o contingenciamento imposto ao orçamento da Agência Nacional de Energia Elétrica, no exercício 2016:

- Ministério de Minas e Energia – MME, Secretário Executivo, Sr. Luiz Eduardo Barata;
- Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Presidente, Sr. Romeu Donizete Rufino;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, Secretário de Orçamento Federal, Sr. Francisco de Assis Leme Franco; e
- Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE, Diretor Presidente, Sr. Carlos Faria.

JUSTIFICAÇÃO

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) informou em nota à imprensa, no dia 5 de maio, que seu serviço de teleatendimento gratuito seria

suspenso, em razão da falta de recursos financeiros. De acordo com a Agência, dos R\$ 120 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual para custeio de suas atividades, R\$ 76 milhões foram contingenciados, em função da edição do Decreto 8.700, de 2016. O fechamento, ainda que transitório, desses canais de atendimento representa prejuízo óbvio a milhões de consumidores de energia elétrica.

Outras ações essenciais da Agência, como as operações de fiscalização sobre as concessionárias de distribuição, devem ter sua frequência severamente reduzida, a fim de ajustar as despesas aos novos limites impostos.

Destaque-se que, em 2016, a Aneel espera arrecadar, por meio de taxa de fiscalização paga por todos os consumidores de energia elétrica no Brasil, R\$ 330 milhões. O pagamento dessa taxa é, por definição, contraprestação por um serviço que a Agência realizou ou realizará e pelo exercício do poder de polícia, como prevê o art. 145, II, da Constituição Federal.

Portanto, o consumidor de energia elétrica, que agora se vê privado do teleatendimento e que poderá sofrer os efeitos da falta de qualidade no fornecimento de energia elétrica, parece arcar com o ônus, mais uma vez, da crise fiscal que atravessa a União.

Ante todo o exposto, entendemos que essa Casa e, mais especificamente, esta Comissão, têm a obrigação de sediarem o necessário debate para a compreensão do problema e para a identificação de soluções. Dessa forma, pedimos o apoio de nossos ilustres pares para o presente requerimento.

Sala da Comissão, de maio de 2016.

Deputado **Fabio Garcia**